

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 60 (sessenta) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		Conhecimentos de Informática		Legislação		Conhecimentos Específicos	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 16	2	17 a 22	1	23 a 28	1	29 a 60	3

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

02- **É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DO NÚMERO DO CADERNO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA.** Caso não sejam compatíveis, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Verifique se este material está em ordem (tais como se a sequência de páginas está correta e se o número de questões confere com o quadro da alínea "a" do item 1) e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

05- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não a **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06- Na Prova Objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

07- Na Folha de Respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

08- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou da rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo, etc) anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.

09- Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TODO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos "espaços em branco" possível dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.

10- Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva ao final do horário previsto para o término da prova, conforme alínea "c" do item 9.15. Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva, conforme item 9.15, alínea "d", do edital.

11- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:

a) Se utilizar ou portar, durante a realização das provas, de armas, máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie, que seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova;

b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e/ou a Folha de Resposta**;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;

d) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova.

12- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS**.

13- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

14- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E DA REDAÇÃO É DE QUATRO (4) HORAS.**

15- Por motivo de segurança, a FUNRIO solicita que o candidato transcreva em letra cursiva, no espaço próprio da Folha de Respostas, a frase abaixo apresentada.

**"Tudo neste mundo tem uma resposta. O que leva é tempo para se formular as perguntas."**

**(José Saramago)**

**\* Língua Portuguesa \*****Questão 1**

Se é verdade que a coesão não constitui condição necessária nem suficiente para que um texto seja um texto, não é menos verdade, também, que o uso de elementos coesivos dá ao texto maior legibilidade, explicitando os tipos de relações estabelecidas entre os elementos linguísticos que o compõem. (Ingedore Koch, *A Coesão Textual*, 2002)

A opção que mostra o uso coerente de elementos coesivos como forma de dar maior legibilidade ao trecho é

- A) Tudo estava em seu lugar: rosas, talheres e paralelepípedos. Entrei no quartel, mas fiquei no meio da rua.
- B) Uma andorinha só não faz verão, embora os estudantes saibam muito bem o que vai cair no vestibular.
- C) Toda a cidade amanheceu em flor. Então, os namorados se entusiasma, porque a primavera é a estação do amor.
- D) Quando você me ouvir cantar, faça de conta que dois e dois são quatro, ou seja, as calçadas precisam ser varridas.
- E) A tarde está bonita, pois ontem encontrei sua irmã na praia. Não gosto de ir à praia. Lá passam muitos jogos divertidos.

**Questão 2**

A coerência textual se constrói de muitas maneiras. Uma delas é aquela que respeita as leis da sucessividade dos eventos ou apresenta uma compatibilidade entre os enunciados do texto, do ponto de vista da localização no tempo. Nesse caso, temos o que se chama de coerência temporal.

Qual dos trechos abaixo apresenta incoerência, pois os enunciados são incompatíveis do ponto de vista da temporalização?

- A) Antes do jogo, a torcida cantou músicas que saudavam o seu time. Com a derrota por goleada, o coro da arquibancada só servia para execrar os jogadores e os dirigentes – responsabilizados por mais aquele fracasso.
- B) Enquanto alguns povos se vangloriam dos feitos de seus antepassados e não se preparam para o futuro, aos povos que não têm grande tradição só resta buscar a organização de sua sociedade.
- C) A moça escolheu minuciosamente os grãos de feijão e de arroz e só depois disso colocou-os na panela e no fogo, pois sabia que no dia seguinte não teria tempo para fazer esse serviço.
- D) Quando a professora entrou, o menino já tinha posto o sapo na bolsa de seu colega e estava sentado tranquilamente no seu lugar. A mestra pegou-o em flagrante, bem no instante em que ele colocava o sapo na bolsa do colega.
- E) Durante o temporal que caiu na semana passada na cidade onde eu nasci, vi muita gente comprando guarda-chuvas e capas protetoras, pois tudo aconteceu muito repentinamente.

**Questão 3**

A revista da TV informa:

O seriado “Lost”, que vem atingindo grande sucesso em todo o mundo, conta a história de um grupo de sobreviventes de um acidente aéreo ocorrido em algum lugar do Oceano Pacífico. A ilha onde se passa a ação é cheia de mistérios, e a série tem um estilo original, que segue dois tipos de histórias não ligadas entre si: primeiro, a luta pela sobrevivência na ilha e, segundo, a vida dos personagens principais antes e depois do desastre.

A segunda frase do parágrafo acima começa com o substantivo “ilha”, uma expressão referencial nova no texto, mas que surge como se fosse conhecida. Isso acontece porque esse substantivo

- A) é sempre parte integrante da abertura do seriado, que mostra o avião caindo perto de uma ilha deserta.
- B) mantém um valor semântico naturalmente associável à ideia de aventura e tramas ficcionais.
- C) pressupõe que todo leitor do texto tem conhecimento prévio de que a história se passa numa ilha perdida.
- D) indica uma referência indireta a muitas obras cinematográficas que se valeram da situação de naufrágios.
- E) está ancorado cognitivamente na expressão nominal antecedente “acidente aéreo no Oceano Pacífico”.

**Questão 4**

Na nomenclatura gramatical, “regência”, em sentido amplo, equivale a subordinação em geral. Em sentido restrito, e mais habitual, designa a subordinação peculiar de certas estruturas a palavras que as requerem ou preveem na sua significação ou em seus traços semânticos. (Antenor Nascentes, “Dicionário de Regência Verbal”, 1998)

Identifique a alternativa que contém uma regência apontada como INADEQUADA segundo as normas da língua padrão.

- A) Muitos eleitores custaram a acreditar que ele seria novamente candidato a prefeito de São Paulo.
- B) Trouxemos-lhe alguns lindos docinhos preparados com todo o carinho por tia Anastácia.
- C) Geralmente as pessoas sensatas preferem ficar em casa à noite a sair desacompanhadas.
- D) Os servidores que moram nas ruas citadas pela Defesa Civil devem desocupar suas casas.
- E) Ninguém queria responder pelo expediente da firma naquele fim de semana natalino.

**Questão 5**

Estávamos atrasados para o casamento, o carro ia em alta velocidade pela estrada, mas precisava diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas espalhados na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, geralmente não se via ninguém em suas ruas. (Trecho de uma redação escolar)

Dependendo do tipo e do gênero de texto que se tem em mente, o tamanho e o formato de uma frase podem ser motivo de elogio ou de crítica. O parágrafo acima serve como exemplo de frase longa, escrita com a exclusividade de estruturas coordenadas. Essa frase, porém, poderia ser reestruturada de modo coerente combinando-se orações coordenadas e subordinadas, como se vê na seguinte alternativa:

- A) O carro ia em alta velocidade pela estrada porque estávamos atrasados para o casamento, embora precisasse diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas espalhados na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, que geralmente não tinham ninguém em suas ruas.
- B) Porquanto estivéssemos atrasados para o casamento, e o carro fosse em alta velocidade pela estrada, precisávamos diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas espalhados na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, quando geralmente não se via ninguém em suas ruas.
- C) Como estávamos atrasados para o casamento, o carro ia em alta velocidade pela estrada, mas precisava diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas espalhados na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, em cujas ruas geralmente não se via ninguém.
- D) O carro ia em alta velocidade pela estrada; todavia, precisava diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas espalhados na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, pois geralmente não se via ninguém em suas ruas e estávamos atrasados para o casamento.
- E) Estávamos atrasados para o casamento e, por isso, o carro ia em alta velocidade pela estrada, mas precisava diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas que se espalhavam na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, onde geralmente não se via ninguém em suas ruas.

**Questão 6**

Quaisquer elementos da frase, quando coordenados entre si, devem apresentar estrutura gramatical similar – a isso se chama paralelismo sintático. Esse princípio está respeitado na seguinte alternativa:

- A) Os empregados daquela firma planejam nova manifestação pública e interditar o acesso pelo viaduto principal da cidade.
- B) Durante a reunião, os debates não só foram proveitosos como também apontaram para soluções interessantes.
- C) Mandei-me tudo que conseguir sobre as manobras de minha tia e se meu tio encontrou os documentos que procurava.
- D) O tumulto começava na esquina de minha rua e que era perto dos gabinetes do ministro e do secretário.
- E) Tenho o hábito de sempre carregar meus óculos escuros, por precaução e porque nunca se sabe se vai abrir o sol.

**Questão 7**

A única opção em que todas as palavras contêm hiato é

- A) desmiolado – incoerente – proibido – seriedade.
- B) aguardente – historiador – impõem – realidade.
- C) açai – alaúde – caraminguás – destruímos.
- D) lambari – minhoca – numeroso – polidez.
- E) enxaguei – paraguaió – piauisense – saguão.

**Questão 8**

Hora e tanto já, e nada de peixe. Mas o gostoso era ficar assim na canoa, pensando na vida, imaginando coisas. Passada aquela eleição, ia sossegar. A política matava, acabava com a pessoa. Depois que se metera nela, nunca mais pudera ter uma semana de descanso. Escravo dos outros, do partido, do eleitorado. E os adversários não dormiam, os concorrentes vigiavam. Todos os dias, uma notícia má, nomeações que não saíam, chefes do interior que ameaçavam romper por causa de pedidos impossíveis... E ter de mentir, de prometer...

– Doutor, doutor... agora é a peixa... é a peixa, sim... engasgava o Gerônimo. Ferra, doutor, ferra!

(Mário Palmério: “Vila dos Confins”, 2003)

Na fala de Gerônimo se encontra a palavra “peixa”, uma forma popular de flexão de gênero. Regularmente, essa flexão ocorre nas seguintes palavras:

- A) bailarina, elefanta e tonta.
- B) gazela, janela e penta.
- C) bolacha, graxa e jumenta.
- D) monstra, poeta e tamanduá.
- E) boneca, mesa e onça.

**Questão 9**

Os pronomes e locuções pronominais de tratamento têm larga tradição na língua portuguesa e são empregados como expediente linguístico de distinção e de respeito.

Sobre o pronome de tratamento “Vossa Excelência”, é correto afirmar que é empregado para as seguintes autoridades do Poder Legislativo:

- A) Deputados Federais e Senadores; Ministros do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais e Distritais; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.
- B) Deputados Federais e Senadores; Ministros do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais, Distritais e Vereadores; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.
- C) Deputados Federais e Senadores; Ministros do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais e Distritais e Vereadores; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais; Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.
- D) Deputados Federais e Senadores; Ministros do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; Representantes Comunitários.
- E) Deputados Federais e Senadores; Ministros do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais.

**Questão 10**

O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Os modelos tradicionais para fecho foram regulados por uma Portaria do Ministério da Justiça, de 1937, que estabelecia quinze padrões. Com o objetivo de simplificá-los e uniformizá-los, o Manual de Redação da Presidência da República, de 2002, estabelece o emprego de apenas

- A) dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: Atenciosamente e Cordialmente.
- B) três fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: Respeitosamente, Atenciosamente e Sem mais.
- C) três fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: Atenciosamente, Cordialmente e Sem mais.
- D) dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: Respeitosamente e Atenciosamente.
- E) um fecho para todas as modalidades de comunicação oficial: Cordiais saudações.

**Questão 11**

“Mensagem” é um tipo de documento oficial que serve como instrumento de comunicação entre os Chefes dos Poderes Públicos. As mensagens mais usuais do Poder Executivo ao Congresso Nacional têm como uma de suas finalidades o encaminhamento de projeto de lei ordinária, complementar ou financeira. O projeto pode ser encaminhado sob o regime normal, e mais tarde, ser objeto de nova mensagem, com solicitação de urgência.

Em que situação esse tipo de mensagem é encaminhado com aviso do Chefe da Casa Civil da Presidência da República ao Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, para que tenha início sua tramitação?

- A) Em nenhum dos casos.
- B) Sob regime normal.
- C) Sob regime de urgência.
- D) Nos casos omissos.
- E) Em ambos os casos.

**Questão 12**

Os textos literários e publicitários às vezes se valem de estruturas que contrariam as recomendações da gramática normativa. Nesses casos, pode-se considerar que a “desobediência” do redator é uma espécie de desafio para o leitor, que precisará interpretar aquela construção não como um erro, mas como uma manifestação da criatividade de seu autor.

Machado de Assis, em “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, escreveu: “Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis”. A locução adverbial “durante quinze meses e onze contos de réis”, é aparentemente incoerente porque

- A) combina as noções de tempo e de preço com a conjunção coordenativa “e”, em vez de “mas”.
- B) coordena a expressão de tempo “quinze meses” com a expressão de preço “onze contos de réis”.
- C) subordina as expressões de tempo e de preço sem empregar nenhuma conjunção subordinativa.
- D) incompatibiliza a ideia de tempo “quinze meses” e a ideia de preço “onze contos de réis”.
- E) relaciona sem conectores as ideias de tempo e de preço como se fossem noções de mesmo tipo.

**Questão 13**

O Caderno de Cinema de um jornal informa:

O filme brasileiro “A Erva do Rato”, de Julio Bressane, tem no elenco Alessandra Negrini e Selton Melo. Inspirado nos contos “A Causa Secreta” e “Um Esqueleto”, de Machado de Assis, o filme trata da relação de um homem com a morte e com os animais. As duas frases da notícia empregam quatro vírgulas. Sua função textual é a mesma, exceto a última delas, que também tem como finalidade

- A) separar a oração principal da oração intercalada.
- B) indicar o término da enumeração literária autoral.
- C) enfatizar o nome do escritor em detrimento do nome da obra.
- D) evitar a ambiguidade que ocorreria com o substantivo “esqueleto”.
- E) marcar a inversão dos dois blocos informativos da frase.

**Questão 14**

Uma agência de notícias divulgou a seguinte informação:

A oposição japonesa conquistou ontem quase dois terços da Câmara dos Deputados, na maior reviravolta eleitoral do país desde a Segunda Guerra Mundial. A apuração não havia terminado ao fechamento desta edição, mas meios de comunicação japoneses previam que o Partido Democrata do Japão (PDJ) ocupará 308 assentos do Parlamento (de um total de 480), quase triplicando os 112 deputados que tinha na atual composição. Seu líder, Yukio Hatoyama, 62, se tornará premiê em duas semanas. "O descontentamento do povo é maior do que o imaginado", afirmou Hatoyama ontem em coletiva. "Esta vitória está a serviço do povo e dos mais pobres."

O trecho em que se reproduzem as duas afirmações de Yukio Hatoyama está escrito no discurso direto. Transportada para o discurso indireto, a primeira afirmação estaria assim redigida:

- A) Hatoyama afirmou em coletiva ontem que o descontentamento do povo era maior do que se imaginava.
- B) Hatoyama afirmou ontem em coletiva que o descontentamento do povo é maior do que o imaginado.
- C) Hatoyama, em coletiva ontem, disse que o descontentamento do povo tinha sido maior do que o imaginado.
- D) Hatoyama disse em coletiva ontem que o descontentamento do povo seria maior do que se imaginava.
- E) Hatoyama declarou ontem em coletiva que o descontentamento do povo era maior do que o imaginado.

**Questão 15**

Não posso ficar  
Nem mais um minuto com você  
Sinto muito amor  
Mas não pode ser.  
Moro em Jaçanã,  
Se eu perder esse trem,  
Que sai agora às onze horas,  
Só amanhã de manhã.

O penúltimo verso de Adoniran Barbosa emprega o acento indicativo de crase numa locução adverbial feminina, como recomendam os manuais de redação. Também está correto o uso do acento de crase na seguinte alternativa:

- A) Peço à V.Sa. que compareça à conferências que sejam úteis às suas pesquisas.
- B) Ficamos frente à frente, entregues à sorte e à mercê de um regulamento ultrapassado.
- C) Lembro que, à noitinha, minhas retinas cansadas ficavam à espera de um pensamento à esmo.
- D) Escuto dizerem às vezes que uso palavras semelhantes às que o chefe emprega à toa.
- E) Cheguei à tempo de vender à peso de ouro um livro antigo que custou caro à beça.

**Questão 16**

Depoimento de um fumante num jornal de São Paulo diz:

Eu fumo há cinco ou seis anos. Não me faz bem, mas tenho prazer. Estou na guerra para parar. Hoje fumo três cigarros por dia. Interfere na voz, e preciso dela para trabalhar. Às vezes, estou pilhado demais e desconto no cigarro. Na verdade, acho que depois de fumar você fica mais agitado, mas a sensação é de alívio. Eu substituo minha ansiedade por cigarro. Acho importante a lei antifumo, mas cria-se também uma ditadura contra o fumante. Questiono leis arbitrárias. A lei determina um limite dentro de um espaço, mas isso deveria ser absorvido na cidadania. Receio que a lei crie uma verdade de que o fumante é ilegal.

O texto do entrevistado inclui várias palavras derivadas. Algumas delas contêm sufixos, como comprova a seguinte alternativa, que transcreve apenas palavras formadas por derivação sufixal:

- A) antifumo, ditadura, questionar.
- B) cidadania, importante, interferir.
- C) descontar, determinar, pilhado.
- D) ansiedade, arbitrárias, fumante.
- E) absorvido, agitado, ilegal.

**\* Conhecimentos de Informática \*****Questão 17**

O programa do Windows responsável por reorganizar e otimizar os arquivos que estão no disco, tornando o seu acesso mais eficiente é:

- A) Desfragmentador de disco.
- B) Scandisk.
- C) Limpeza de disco.
- D) Windows Explorer.
- E) Chkdisk.

**Questão 18**

Considere as afirmativas sobre o Windows XP:

- I. Permite compactar e descompactar arquivos “.ZIP” sem a necessidade de instalar softwares de terceiros.
  - II. Já vem incluído como acessórios os editores de texto “Bloco de Notas” e “Word Pad”.
  - III. Permite ser controlado remotamente, mas é necessária a instalação de softwares de terceiros para a assistência remota.
- Está(ão) correta(s) apenas

- A) I e III.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I.
- E) I, II e III.

**Questão 19**

A opção que apresenta as teclas de atalho para “desfazer” algum erro cometido respectivamente no Word for Windows e BrOffice Write é:

- A) “Ctrl + Z” e “Ctrl + U”
- B) “Ctrl + U” e “Ctrl + D”
- C) “Ctrl + Z” e “Ctrl + Z”
- D) “Ctrl + D” e “Ctrl + D”
- E) “Ctrl + C” e “Ctrl + V”

**Questão 20**

No Word for Windows clicando em “Arquivo”, “Salvar como...” podemos salvar em diversos Tipos de arquivos diferentes. Marque a única opção que NÃO apresenta um formato válido:

- A) DOC.
- B) PDF.
- C) TXT.
- D) HTML.
- E) DOT.

**Questão 21**

O serviço da Internet responsável por “traduzir” um nome (por exemplo www.funrio.org.br) em um número IP é:

- A) DHCP.
- B) FTP.
- C) SSL.
- D) DNS.
- E) URL.

**Questão 22**

Para trafegar informações pela Internet de forma segura, garantindo a integridade e sigilo, devemos fazer uso de:

- A) Firewall.
- B) Antivírus.
- C) Sniffer.
- D) Antispyware.
- E) Criptografia.

**\* Legislação \*****Questão 23**

Levando em consideração as competências do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto n. 6929/2009, é correto afirmar que a

I - realização de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais.

II - elaboração e acompanhamento, em conjunto com o Gabinete Civil da Presidência da República, e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais.

III - viabilização de novas fontes de recursos para os planos de estado.

IV - coordenação da gestão de parcerias público-privadas.

V - coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, dos territórios, dos estados e dos municípios, de pessoal civil, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais, bem como das ações de organização e modernização administrativa do Governo Federal.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e III.
- B) IV e V.
- C) II e III.
- D) I e IV.
- E) II e V.

**Questão 24**

Comissão de Ética do Servidor Público, nos termos do Decreto 1171/94, indaga qual a punição que pode ser aplicada, quando constatada conduta passível de punição no âmbito da Comissão?

- A) Suspensão até 30 dias.
- B) Suspensão até 90 dias.
- C) Demissão.
- D) Censura com publicação no Diário Oficial, para ciência de todos.
- E) Censura, com ciência do faltoso do ato da Comissão.

**Questão 25**

Com relação à Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto n. 6929/2009, é correto afirmar que

- A) constitui em Órgão Setorial da Advocacia-Geral da União.
- B) não consta da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- C) não possui competência para exercer a supervisão das atividades dos órgãos jurídicos das entidades vinculadas.
- D) constitui em Órgão de Assessoramento do Ministro, não se constituindo em Órgão Setorial da Advocacia-Geral da União.
- E) tem competência para exercer a supervisão das atividades dos órgãos jurídicos do Ministério, exceto com relação as entidades vinculadas.

**Questão 26**

Constitui órgão colegiado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma como disciplina o Decreto 6929/2009 a/o

- A) Secretaria do Patrimônio da União.
- B) Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais.
- C) Departamento de Incorporação de Imóveis.
- D) Comissão de Logística e Tecnologia da Informação.
- E) Comissão de Financiamentos Externos.

**Questão 27**

Constitui ente vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma do Decreto n. 6929/2009, a/o

- A) Instituto Nacional de Metrologia – Inmetro
- B) Conselho Nacional de Pesquisa – Cnpq
- C) Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
- D) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea
- E) Empresa Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE

**Questão 28**

Com relação às competências do Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto n. 6929/2009, é correto afirmar:

- A) executar e avaliar a execução dos projetos e atividades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- B) administrar o patrimônio imobiliário da União, dos Territórios e zelar por sua conservação.
- C) coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o plano de ação global do Ministério.
- D) coordenar, consolidar e submeter aos Ministérios, ouvido Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o plano de ação global do Governo.
- E) supervisionar e avaliar, em conjunto com a Casa Civil, a execução dos projetos e atividades estratégicas do Governo Federal e dos Territórios.

**\* Conhecimentos Específicos \*****Questão 29**

A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Assim, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios dentre outros:

- A) Solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; a não concessão de asilo político.
- B) Dependência internacional; prevalência dos direitos humanos; igualdade entre os Estados; defesa da paz; a não concessão de asilo político.
- C) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- D) O pluralismo político; Independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz;
- E) Independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz.

**Questão 30**

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. Assim, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Por isso é correto afirmar que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- A) Independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz.
- B) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; O pluralismo político; Independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz.
- C) O pluralismo político; Independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz.
- D) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- E) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**Questão 31**

O artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil preconiza que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. A Constituição da República Federativa do Brasil reconhece a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei. Assim, são princípios constitucionais do tribunal do júri, EXCETO:

- A) o tribunal de exceção.
- B) a plenitude de defesa.
- C) o sigilo das votações.
- D) a soberania dos veredictos.
- E) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.



**Questão 32**

Em se tratando dos remédios constitucionais, assim denominados o "habeas-corpus", o "habeas-data", mandado de segurança, mandado de injunção e a ação popular é correto afirmar que:

- A) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- B) São gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- C) Conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- D) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- E) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer cidadão e por partido político com representação no Congresso Nacional; e organização social, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

**Questão 33**

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme seu artigo 6º. Assim, é correto afirmar que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- A) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- B) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, salvo em questões judiciais ou administrativas.
- C) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- D) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- E) O aposentado filiado tem direito a votar, contudo não poderá ser votado nas organizações sindicais.

**Questão 34**

São considerados naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral e os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. Dessa forma, são considerados brasileiros natos:

- A) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe brasileira, desde que os dois estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- B) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país.
- C) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro e de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente e venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, antes de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- D) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- E) Os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

**Questão 35**

A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição. Contudo, são privativos de brasileiro nato os seguintes cargos, EXCETO:

- A) De Presidente e Vice-Presidente da República.
- B) De Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do Senado Federal.
- C) De Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- D) De Ministro da Fazenda.
- E) Da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.

**Questão 36**

É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana. Quanto aos partidos políticos é correto afirmar que:

- A) Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo monetário internacional e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
- B) É permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.
- C) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sendo obrigatória a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
- D) É permitido aos partidos políticos de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
- E) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

**Questão 37**

Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas no artigo 22 da Constituição da República Federativa do Brasil que prevê a competência legislativa privativa da União. Contudo, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- I. zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II. cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III. proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV. impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V. proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, II, III, IV e V.
- B) II, III, IV e V.
- C) III, IV e V.
- D) II, IV e V.
- E) I, II e III.

**Questão 38**

Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. Assim, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- A) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho
- B) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- C) Desapropriação.
- D) Requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
- E) Trânsito e transporte.

**Questão 39**

Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil. Incluem-se entre os bens dos Estados:

- A) As áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios mesmo sendo estas de terceiros.
- B) As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União e aos Municípios.
- C) As terras devolutas compreendidas entre as da União.
- D) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras dos Municípios.
- E) As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

**Questão 40**

O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, e na Constituição do respectivo Estado. Sendo assim, o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

- A) Em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- B) Em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- C) Em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- D) Em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- E) Em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

**Questão 41**

A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Assim, é correto afirmar que:

- A) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve mensalmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- B) As contas dos Municípios ficarão, durante trinta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- C) É permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- D) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- E) O controle interno da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

**Questão 42**

O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil. Com relação ao Distrito Federal é INCORRETO afirmar que:

- A) A eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art. 77, da Constituição da República Federativa do Brasil e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração.
- B) Aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27 da Constituição da República Federativa do Brasil.
- C) Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.
- D) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados.
- E) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

**Questão 43**

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- A) As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.
- B) Independente dos casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- C) Independe de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das autarquias, empresas públicas, e sociedade de economia mista e também das fundações, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
- D) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- E) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.

**Questão 44**

São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Assim, é correto afirmar que o servidor público estável só perderá o cargo:

- A) Mediante processo administrativo sumário.
- B) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ordinária, assegurada ampla defesa.
- C) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- D) Em virtude de sentença administrativa transitada em julgado.
- E) Mediante processo administrativo independente de ampla defesa.

**Questão 45**

A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos dentre outros:

- A) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- B) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas.
- C) Mesma base de financiamento.
- D) A possibilidade de redução do valor dos benefícios, prevista em lei complementar.
- E) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

**Questão 46**

A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dentre outras contribuições sociais. Quanto ao financiamento da seguridade social é correto afirmar que:

- A) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.
- B) A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei orçamentária anual, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
- C) O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
- D) A pessoa física em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- E) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio parcial.

**Questão 47**

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é regida por princípios. Assim, são princípios explícitos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil os seguintes:

- A) Autotutela, continuidade dos serviços públicos, indisponibilidade do interesse público e supremacia do interesse público.
- B) Legalidade, impessoalidade, moralidade, razoabilidade, proporcionalidade.
- C) Autotutela, continuidade dos serviços públicos, indisponibilidade do interesse público, razoabilidade, proporcionalidade.
- D) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- E) Publicidade, eficiência, continuidade dos serviços públicos, indisponibilidade do interesse público.

**Questão 48**

A Administração Federal compreende a Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios e a Administração Indireta, que compreende categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria, que são as Autarquias; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mista e Fundações públicas. Assim é correto afirmar que:

- A) Empresa Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- B) Sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por decreto para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.
- C) Autarquia é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- D) Fundação Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- E) Autarquia é o serviço autônomo, criado por decreto, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira centralizada.

**Questão 49**

O Decreto nº 1.771 de 22 de junho de 1994 instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e trouxe como Regras Deontológicas as seguintes dentre outras:

- A) A moralidade da Administração Pública se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- B) A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar bem uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano material. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.
- C) Independente dos casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.
- D) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada são independentes e não poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- E) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

**Questão 50**

Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é vedado ao servidor público:

- A) Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.
- B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- C) Facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.
- D) Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- E) Permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores.

**Questão 51**

Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura. Está correto afirmar sobre as comissões de ética:

- A) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de demissão e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
- B) À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- C) A Comissão de Ética é encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, contudo não lhe compete conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.
- D) À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, tendo somente a função de instruir e fundamentar promoções.
- E) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de suspensão e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

**Questão 52**

A lei 8666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Assim, é correto afirmar que segundo a mencionada legislação são modalidades de licitação:

- A) Concorrência; tomada de preços; convite; concurso; leilão e permuta.
- B) Investidura; preços e transferência.
- C) Concorrência; tomada de preços; convite; concurso; leilão.
- D) Concorrência; tomada de preços e compra e venda.
- E) Investidura; tomada de preços; convite; concurso; leilão e alienação.

**Questão 53**

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Assim, segundo a lei 8666/93 existem modalidades de licitação. É correto dizer sobre as modalidades de licitação:

- A) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o primeiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- B) Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, sempre cadastrados, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da apresentação das propostas.
- C) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 30 (Trinta) dias.
- D) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- E) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis e destruídos da administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19 da lei 8666/93, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

**Questão 54**

A lei 8666/93 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Com relação às modalidades de licitação é correto afirmar que:

- A) Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos na modalidade convite, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de mudança de modalidade no mesmo edital.
- B) Na hipótese da modalidade convite, existindo na praça mais de 3 (três) possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.
- C) É vedada a criação de outras modalidades de licitação, contudo é permitida a combinação das modalidades existentes.
- D) Nos casos em que couber concorrência, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, o convite.
- E) É permitida a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.

**Questão 55**

Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei. Já a remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei. Assim, sobre remuneração é correto afirmar que:

- A) Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo, salvo nos casos previstos em lei.
- B) Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- C) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
- D) Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, por isso, nem mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.
- E) O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, nem mesmo nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

**Questão 56**

Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais, dentre outros, EXCETO:

- A) Retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento.
- B) Adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.
- C) Adicional por tempo de serviço.
- D) Gratificação por encargo de curso ou concurso.
- E) Outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho.

**Questão 57**

O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros. Com relação à responsabilidade do servidor é correto afirmar que:

- A) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, no exercício de suas funções e fora delas.
- B) A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado independente de ser no desempenho do cargo ou função.
- C) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo dependentes entre si.
- D) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- E) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal por falta de provas.

**Questão 58**

Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais. Em se tratando de penalidades disciplinares é correto afirmar que:

- A) Será punido com suspensão de até 30 (Trinta) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
- B) Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 25% (Vinte e cinco por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
- C) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.
- D) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, ambas após o decurso de 3 (três) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- E) O cancelamento da penalidade surtirá efeitos retroativos.

**Questão 59**

A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa. Sendo sindicância, dela poderá resultar:

- A) Arquivamento do processo; aplicação de penalidade de advertência, suspensão de até 30 (trinta) dias ou demissão; instauração de processo disciplinar.
- B) Arquivamento do processo; aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias; instauração de processo disciplinar ou inquirição sumária. .
- C) Arquivamento do processo; aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 15 (Quinze) dias; instauração de processo disciplinar.
- D) Arquivamento do processo; aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 15 (Quinze) dias; conversão da sindicância em processo judicial.
- E) Arquivamento do processo; aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias; instauração de processo disciplinar.

**Questão 60**

O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Sobre o processo administrativo disciplinar é correto afirmar que:

- A) O processo administrativo disciplinar terá como segunda fase a instauração deste, com a publicação do ato que constituir a comissão.
- B) O inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
- C) No prazo de 30 (Trinta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.
- D) O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto, no prazo de 05 (cinco) anos, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
- E) Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo, o mesmo ocorre no caso de incapacidade mental do servidor.